



20 ANOS DA LEI 10.639/2003: POSSIBILIDADES PARA UM ENSINO DE HISTÓRIA SOB UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

LUIZ GUSTAVO ALVES LEMOS DOS SANTOS

RESUMO

O propósito deste estudo é realizar uma análise da evolução e das transformações no ensino da disciplina de História na Educação Básica, sob uma perspectiva decolonial, em celebração aos 20 anos da promulgação da Lei nº 10.639/2003. Essa legislação tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas do Brasil, além de instituir o Dia da Consciência Negra em 20 de novembro como data prevista no calendário escolar. A metodologia adotada para este estudo consiste na revisão da literatura, uma abordagem crítica e sistemática que permite analisar uma ampla gama de estudos, identificando tendências e lacunas na literatura existente. A bibliografia dedicada ao tema destaca a relevância da Lei nº 10.639/2003 na promoção da igualdade racial no Brasil. Esta legislação busca romper com a abordagem eurocêntrica predominante na educação, propondo uma nova ótica para o ensino de História que reconheça e valorize a diversidade de identidades, histórias e culturas da população negra brasileira e de seus ancestrais. Além disso, o estudo visa contribuir para a reflexão sobre o impacto da Lei na promoção da educação antirracista, fundamental para o avanço da igualdade racial no Brasil. O presente trabalho intenciona disseminar os resultados desta pesquisa e enriquecer o debate sobre a importância de uma educação voltada para a promoção da igualdade. Por fim, o presente trabalho busca destacar o papel crucial do educador como agente de transformação e pretende conscientizar a sociedade sobre a significativa diversidade de identidades, histórias e culturas da população negra e de seus ancestrais.

Palavras-chave: Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Educação Antirracista; Diversidade Cultural; Identidade Negra; Consciência Histórica.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo concentra-se na análise da evolução e transformações no ensino da disciplina de História na Educação Básica brasileira ao longo de duas décadas após a promulgação da Lei 10.639/2003. Essa legislação se configura como catalisadora de uma política educacional voltada para a promoção da diversidade cultural e a concretização da Educação das Relações Étnico-Raciais nas escolas. O ponto central desta investigação é a influência da Lei 10.639/2003 no desenvolvimento do ensino histórico, considerado como um elemento crucial no processo de implementação das políticas de ações afirmativas na educação brasileira, especialmente no que diz respeito à promoção de um ponto de vista decolonial.

A reflexão sobre decolonialidade nos impulsiona a reexaminar os contextos políticos, sociais e históricos da América Latina, assim como as estruturas de poder e conhecimento que herdamos do antigo sistema colonial, que desmoronou ao longo do século XIX, mas cujas ramificações ainda exercem influência atualmente.

Ao longo do período em análise, evidencia-se uma interconexão entre a evolução do ensino de História e os desdobramentos da legislação mencionada. A promulgação da Lei 10.639/2003 não se limitou à introdução de novos conteúdos no currículo, mas também

impactou a abordagem da disciplina, fomentando uma perspectiva mais inclusiva e crítica. Ressalta-se que o alcance dessa legislação transcende o âmbito curricular, permeando a dinâmica das relações étnico-raciais no ambiente escolar. A Lei 10.639/2003 atua como agente de transformação, estimulando práticas pedagógicas destinadas a dismantlar estereótipos e promover a igualdade.

O propósito deste estudo é compreender em que medida o ensino da disciplina de História contribui para a desconstrução das lógicas coloniais presentes, especialmente nos currículos e em diversos aspectos de nossos sistemas educacionais. É viável promover uma educação antirracista e decolonial? Qual seria o papel do educador nessa perspectiva?

Recorrendo ao panorama da pesquisa atual para fundamentar nossas reflexões e buscar esclarecimentos, apresentamos os conceitos de colonialismo, colonialidade e decolonialidade (Quijano, 2009; Ballestrin, 2013; Walsh, 2013), destacando suas contribuições e características para a área da educação. A seguir, abordaremos as teorias acerca do conhecimento histórico e seu ensino que se aproximam do pensamento decolonial (Ramallo, 2016, 2017; Azevedo, 2020).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Na elaboração deste trabalho, optamos pela metodologia da revisão de literatura, reconhecendo sua importância fundamental na construção de trabalhos científicos. Afinal, é a partir dela que se destaca a relevância do mapeamento e da análise crítica do conhecimento já produzido, pois o reconhecimento dos avanços e lacunas do conhecimento é fator decisivo para o desenvolvimento teórico e metodológico da própria Ciência (Lima, 2013; Oliveira & Bastos, 2014; Oliveira & Trancoso, 2014; Oliveira, Trancoso, Bastos, & Canuto, 2015; Vieira, 2007). A revisão de literatura foi escolhida como a abordagem metodológica principal, partindo do pressuposto de que, por meio dela, podemos compreender o que já foi pesquisado e identificar lacunas para investigação.

Inicialmente, foram identificadas as fontes de pesquisa sobre o tema, fundamentando-se nas discussões teóricas de autores renomados, tais como Quijano (2009), Walsh (2013) e Ballestrin, que abordam a temática da colonialidade e decolonialidade. No contexto da história e do ensino de história, foram consideradas as contribuições de Ramallo (2016; 2017). O processo de revisão bibliográfica, subsequente à identificação das fontes, compreendeu uma leitura minuciosa e análise crítica das pesquisas e discussões previamente realizadas por outros acadêmicos sobre o tema em questão. Esse estágio permitiu uma imersão aprofundada nas contribuições já existentes, proporcionando uma compreensão abrangente do panorama teórico.

Posteriormente, identificaram-se lacunas na literatura existente, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de uma visão crítica e aprofundada do tema. Essas lacunas, ao serem identificadas, não apenas apontam para áreas de conhecimento ainda não exploradas, mas também orientam a definição de questões de pesquisa relevantes e direcionam o foco da investigação para aspectos que necessitam de maior atenção e análise. Dessa forma, o processo de revisão bibliográfica não apenas forneceu uma base sólida para o desenvolvimento teórico do trabalho, mas também destacou a importância de preencher lacunas identificadas na literatura existente. A compreensão crítica dessas lacunas é essencial para o delineamento adequado das questões de pesquisa, contribuindo para a construção de um estudo coeso e relevante.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto educacional, as perspectivas reflexivas provenientes do grupo Modernidade/Colonialidade, composto por intelectuais latino-americanos e estadunidenses,

notadamente destacando figuras como Aníbal Quijano (2009) e Catherine Walsh (2009; 2013), emergem como proponentes-chave do que Ballestrin (2013) identifica como "giro decolonial". Esse movimento, iniciado no início do século XX, propõe uma releitura crítica do contexto histórico, político e social latino-americano, inserindo-o no âmbito do sistema capitalista. Para esses pesquisadores, a modernidade, resultado da fusão entre colonialismo, colonialidade e necessidades do capitalismo, resultou no silenciamento dos saberes das populações subjugadas e exploradas pelo sistema colonial, perpetuando as relações estruturantes do colonialismo, mesmo após seu declínio.

Os termos "colonialismo" e "colonialidade" são definidos como uma estrutura política de dominação e exploração em que a "autoridade política, recursos de produção e trabalho de uma população determinada dominam outra de identidade diferente, com sedes centrais localizadas em outra jurisdição territorial" (QUIJANO, 2009, p. 73). A colonialidade, portanto, constitui um elemento central do padrão de poder característico do capitalismo, baseando-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população global como pedra angular desse padrão, operando em todas as dimensões da existência social e da escala societal (QUIJANO, 2009, p. 73).

A ideia de classificação racial, e conseqüentemente o racismo, configura-se como a base para a acumulação global de capital e para as relações de poder dentro do sistema-mundo. Essas relações de poder, originadas e estruturadas pelo colonialismo, persistem até os dias atuais, mesmo após o declínio formal do sistema colonial. Nesse contexto, a persistência dessas relações destaca-se como um fenômeno relevante que merece uma análise aprofundada, fornecendo uma base sólida para a formulação de questões de pesquisa pertinentes e para o entendimento crítico das dinâmicas sociais contemporâneas.

Essa abordagem crítica do "giro colonial" pode se constituir a partir da colonialidade e propõe a criação de novas interpretações que contribuam para a formação de novas visões de mundo. Novas perspectivas têm o potencial de configurar um projeto alternativo à colonialidade do ser, do saber e do poder. Walsh (2007), por sua vez, argumenta que a chamada pedagogia decolonial poderia desempenhar um papel fundamental no campo educativo ao aprofundar os debates em torno da interculturalidade. Ou seja, ao problema da "ciência" em si; isto é, a maneira através da qual a ciência, como um dos fundamentos centrais do projeto Modernidade/Colonialidade, contribuiu de forma vital ao estabelecimento e manutenção da ordem hierárquica racial, histórica e atual, na qual os brancos e especialmente os homens brancos europeus permanecem como superiores. (Walsh, 2007, p. 9).

Conforme discutido por Walsh (2013) e Maldonado-Torres (2007), a colonização pedagógica dos currículos escolares permanece quase intocada, e a universidade, juntamente com a pesquisa acadêmica, desempenha um papel crucial na sustentação desse paradigma. Essa perpetuação é fundamentada no eurocentrismo, que, como destaca Maldonado-Torres, "permanece vivo nos manuais de aprendizagem, nos critérios para um bom trabalho acadêmico, na cultura, no senso comum, na autoimagem das pessoas, nas aspirações das disciplinas e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna" (2007, p. 131).

Uma prática verdadeiramente decolonial se configura como um movimento de "regresso às histórias e cosmogonias interrompidas", subordinadas e silenciadas pela colonialidade. Essas atividades, fazendo justiça às esferas do poder, do conhecer e do ser postulam, inclusive, novos horizontes para a vida humana e instituem novos significados (Ramallo, 2017).

A construção de uma educação sob esses parâmetros passa pela discussão dos currículos escolares: é preciso repensá-los. Azevedo (2020) os denuncia, não somente os de história, como reveladores de uma "racialização das vidas negras e indígenas" (Azevedo, 2020, p. 146), que ao longo da história do Brasil os destituiu do "estatuto de corpos pensadores e fazedores de cultura" (Azevedo, 2020, p. 146).

Os processos de escrita e de ensino da História, tanto severamente no século XIX quanto

ao longo do XX, foi e é considerada parte fundamental para a formação cidadã e um elemento essencial na construção da ideia de nação pelos Estados modernos. Na maioria das vezes, essas abordagens elegem uma única narrativa como verdadeira e universal, com uma perspectiva predominantemente eurocêntrica, organizada cronologicamente em períodos (História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea). Essa narrativa tem sido dominante nos currículos escolares das escolas latino-americanas, principalmente no Brasil, com o objetivo de comunicar os grandes acontecimentos construtores da chamada civilização ocidental.

Nesse sentido, ressaltamos a importância da valorização da educação decolonial como um caminho fundamental para promover uma abordagem antirracista na educação. É crucial reconhecer que a atual perspectiva histórica é apenas uma entre muitas maneiras de interpretar e narrar o passado.

Conforme discutido pelo historiador argentino Francisco Ramallo (2016, 2017) em seus estudos, ele destaca a ciência histórica e seu ensino como instrumentos potencialmente eficazes para auxiliar na desnaturalização da colonialidade, seja ela de poder, saber, ser ou gênero. Essa abordagem busca desenvolver a compreensão de que outras narrativas e realidades são sempre possíveis.

Acreditamos que o conhecimento da história escolar é um território oportuno para desnaturalizar nossa colonialidade e interpretar a "realidade" não como "dada", mas como historicamente construída. Ao longo de tempos, espaços, e dimensões mutáveis; e ressaltamos que também é possível ser constantemente transformada (Ramallo, 2017, p. 3, tradução nossa).

Uma perspectiva decolonial desempenha um papel crucial ao expor a lógica subjacente ao ensino histórico tradicional, promovendo uma análise crítica de seus conteúdos e métodos. Reconhecer que o passado vai além da narrativa oficial é essencial, evidenciando a presença sistemática de sujeitos e trajetórias excluídos da abordagem convencional. Diante desse desafio, recai sobre o educador a responsabilidade fundamental de compartilhar outras histórias, de trazer à tona memórias que estão à margem do relato histórico convencional. Ao considerar as diversas funções do ensino-aprendizagem da história, destaca-se sua capacidade de conferir sentido e direção à nossa existência. Essa abordagem rejeita a noção de um caminho predefinido, enfatizando a possibilidade de traçarmos nossos próprios destinos. Assim, a história emerge como uma ferramenta essencial para estimular subjetividades mais livres e orientadas para a busca da liberdade.

Nesse contexto desafiador, a pesquisa visa explorar como a perspectiva decolonial pode ser incorporada de maneira eficaz ao ensino da história. Isso implica não apenas a desconstrução das narrativas tradicionais, mas também a promoção de uma compreensão mais abrangente do passado. Além disso, a investigação se propõe a examinar de que maneira essa abordagem impacta a formação de subjetividades entre os alunos, incentivando uma visão mais crítica e autônoma em relação ao seu próprio percurso histórico. O objetivo último é contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que catalisem a construção de uma consciência histórica mais inclusiva e emancipadora.

4 CONCLUSÃO

Com base na análise realizada neste estudo, podemos concluir que a Lei 10.639/2003 desempenhou um papel crucial na melhoria do ensino de história na educação básica brasileira, impulsionando uma abordagem mais crítica e inclusiva. Ao explorarmos o conceito de decolonialidade, somos levados a reexaminar não apenas o contexto político, social e histórico da América Latina, mas também as estruturas de poder e conhecimento legadas pelo antigo sistema colonial. Embora esse sistema tenha desmoronado no século XIX, seus efeitos

perduram na contemporaneidade. A revisão bibliográfica realizada permitiu um mapeamento crítico do conhecimento existente, destacando tanto os avanços conquistados quanto as dificuldades enfrentadas no tema em questão. A legislação que incorpora a História Afro-brasileira e dos Povos Originários das Américas nos currículos escolares emerge como um elemento significativo para uma educação que valoriza a diversidade, promovendo a desconstrução de estereótipos e incentivando a identificação cultural, a conscientização racial e o senso de pertencimento.

Conforme indicam os estudos, a implementação efetiva da Lei 10.639/2003 nas escolas pode resultar em avanços significativos na educação e conscientização sobre a experiência negra, contribuindo para a redução do racismo e empoderando as comunidades negras a se enxergarem como protagonistas nos espaços escolares e em outros ambientes sociais. No entanto, observa-se uma lacuna no entendimento por parte dos professores e gestores escolares sobre o funcionamento do racismo estrutural e suas implicações para os alunos. Acreditamos que investir em formação contínua para os professores sobre esse tema específico pode desempenhar um papel fundamental na implementação eficaz da lei, proporcionando uma compreensão mais profunda e sensível das questões raciais e contribuindo para um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Veruska. A descolonização e a decolonialidade como possibilidades na construção do ensino de história na escola básica. In: ALMEIDA NETO, A. S. de; LOURENÇO, E.; CARVALHO, J. P. F. de (org.). Ensino de história em tempos torpes: leituras e reflexões. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, v. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (org.). El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

RAMALLO, Francisco. Curriculum, identidad(es) y didáctica de las otras historias: una mirada de la historia de África y los afrodescendientes en el contexto bonaerense. XVI Jornadas Nacionales y V Internacionales de Enseñanza de la Historia. Mar del Plata, set. 2016.

RAMALLO, Francisco. Pedagogías descoloniales en la Didáctica de la Historia. Estudios de Filosofía Práctica e Historia de las Ideas, Mendoza, v. 19, p. 1-10, 2017.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. Seminario "Interculturalidad y Educación Intercultural". Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz, mar. 2009.